

ARQUITETURA E CIDADE: UMA EXPERIÊNCIA NÃO CONVENCIONAL NO PROJETO DE HABITAÇÃO POPULAR

ABDALLA, Gustavo Francis (1); SOUZA, Maria Julieta Nunes de (2)

(1) Arquiteto, Ms Engenharia de Produção, Doutor em Engenharia de Produção, Professor Adjunto do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG (gustavofrancis@ig.com.br)

(2) Arquiteta, Ms Planejamento Urbano e Regional, Doutora em Comunicação e Cultura, Professora Adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG (mariajulieta@globo.com)

Resumo

O texto visa relatar a experiência em ensino de projeto de arquitetura e urbanismo aplicada em Juiz de Fora. O tema 'projeto de assentamento para população de baixa renda' pretendeu romper com o convencional Conjunto Habitacional, situado quase sempre em área periférica aos centros urbanos, de fórmula conhecida e criticada. O novo exemplo pretendeu incorporar a observação crítica de sucessivos períodos em que se adotou esse exemplo. A inovação consistiu, basicamente, em se tomar um bairro da cidade já infraestruturado, de densidade rarefeita e apresentando um alto potencial de implantação de novas ocupações, contendo vários lotes e áreas desocupadas e desvitalizado no que se refere à intensidade da vida social. O exercício projetual, em lugar de concentrar uma ocupação num Conjunto Habitacional de grandes dimensões, consistiu na ocupação dessas pequenas áreas desocupadas, dispersas pelo território do bairro, como que completando sua precária ocupação. A proposta foi a de enfatizar a adaptação de novas ocupações às condições de um local minimamente consolidado, em lugar da criação de um novo bairro inteiramente infraestruturado, como decorre normalmente em Conjuntos Habitacionais. O exemplo permitiu a reflexão sobre o bairro pré existente e os impactos do acréscimo de ocupação/população resultante do projeto, no que se refere, também, aos aspectos de identidade, vida comum, assimilação e adaptações das arquiteturas à cidade.

Abstract

The text aims at to tell to the experience in education of architecture and urbanism project applied in Juiz de Fora. The subject ' project of nesting for low income population ' intended to almost always breach with the joint conventional Habitacional, situated in peripheral area to known and the urban criticized formula centers. The new example intended to incorporate the critical comment of successive periods where if it adopted this example. The innovation consisted, basically, to take a quarter of infrastructuralized city, rarefied density and that may possibly presenting one high potential of implantation of new occupations, that also contend some lots and free areas and no vitality in that if it relates to the intensity of the social life. The projetual exercise, of place to concentrate an occupation in a Habitacional Set of great dimensions, consisted of the occupation of these small vacated areas, dispersed for the territory of the quarter, as that completing its precarious occupation. The proposal was to emphasize the adaptation of new occupations to the conditions of a place consolidated, in place of the creation of a new quarter entirely infrastructuralized, as it elapses normally in Habitacionais Sets. The example allowed to the reflection on the quarter existing daily pay and the impacts of the addition of resultant ocupation and of the project, in that if it relates, also, to the aspects of identity, common life, assimilation and adaptations of architectures to cities.

1. Introdução e Objetivo:

O texto pretende descrever uma experiência realizada na disciplina de Projeto de Arquitetura e Urbanismo V (Projeto V) no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. A grade curricular dos "Projetos de Arquitetura e Urbanismo" do referido curso ergue-se sobre um princípio trans-disciplinar, em que os conteúdos tradicionalmente concernentes à "arquitetura", estritamente, fundem-se com aqueles atribuídos ao "urbano". Assim ocorrendo desde o primeiro até o último período.

Nesta trajetória ascendente, a complexidade urbana torna-se, de forma crescente, mais presente a cada etapa, não em quantidade, mas em qualidade. Este modo seqüencial de introduzir-se complexidade cumulativamente, ajusta-se ao projeto pedagógico do curso como um todo, na medida em que ele obedece à tonalidade tradicional, baseando-se em um aprendizado linear.

O tema tratado em Projeto V adquire um duplo objetivo. Por um lado, busca-se introduzir na reflexão do ato de projetar, as conseqüências para a cidade, da introdução de um assentamento popular de uso predominantemente residencial e em escala mediana (entre 1.000 e 2.500 habitantes). Cabe salientar que o exercício proposto para o aluno ocorre em área já consolidada da cidade, ou seja, urbanizada. Por outro lado, busca-se a reflexão de aspectos que relacionam o desenho do espaço público na escala da residência e sua apropriação por meio do projeto arquitetônico, propriamente

dito. Embora o enunciado soe redundante, podemos resumir as preocupações deste projeto na “arquitetura da, e, para a cidade”.

Do ponto de vista metodológico, o Projeto V pretende exercitar o pensamento em escalas múltiplas do projeto arquitetônico e urbano, em que se destacam os seguintes objetivos:

- Auxiliar na tomada de consciência de que cada edificação é forma, função, mas também estrutura da vida social e cotidiana, entre outros parâmetros de trabalho do arquiteto e urbanista. Isso embute variadas escalas do social ao técnico, isto é, desde a da esfera da vida privada (o dentro) até aquela que a eleva a componente da cidade (de fora, em diversos níveis de 'público'), com caracteres de identidade, estética, suporte da vida pública etc, sendo que ao projetar, o aluno deverá atentar ao atendimento simultâneo de todas estas preocupações;

- Para que isso ocorra e considerando o grande número de aspectos envolvidos, é necessária a aplicação de um método que considere e contenha em si a necessidade da concepção que englobe os variados aspectos do processo de forma analítica simultânea. Trata-se, metodologicamente, da necessidade de construção de uma ordem racional de concepção de trabalho que implicitamente apresente um modelo de abordagem simultâneo de projeto de arquitetura e urbanismo que evite ao máximo, a forma parcelada de observação para o conteúdo proposto ao aluno e trabalhado na disciplina. Isto explicitamente se refere à relação do todo (a observação da complexidade da realidade urbana, suas múltiplas dimensões e aspectos) com as partes (elemento que é passível de uma classificação por modelo unitário e que se distingue como forma particular na estrutura da cidade, isto é, a residência, o bairro, a cidade etc) no campo que cerca a estrutura de conhecimento do problema a se enfrentar. Em outras palavras, visa evitar no aluno o vício de observar “uma coisa de cada vez”, recaindo o projeto, como muito usual, num somatório desarticulado da análise do sítio urbano e do projeto do assentamento a se propor e ser desenvolvido.

Estas situações objetivas devem obedecer a dois princípios:

1. de que o projeto deve ser cumulativo, isto é cada etapa avança a anterior no sentido de uma maior proximidade da realidade, o que significa mais detalhe, maior escala etc;
2. da maleabilidade ("estado provisório"), de que cada etapa é mais precária (no sentido de permitir maior revisão) e que as definições das etapas posteriores, que avançam na proximidade à realidade, possam reformular definições das anteriores, após as devidas conferências e adaptações, conforme o nível de preocupação. As alterações são adaptativas e trazidas de forma crescente e cumulativa.

Assim, no âmbito do Projeto V, entre os anos de 2002 e 2004, foram testados dois diferentes exercícios programáticos, sendo que o segundo resultou de questionamentos dirigidos ao primeiro e que desejamos relatar neste artigo. Cabe acrescentar que a programação da disciplina, como de praxe nos cursos de arquitetura e urbanismo, inclui um segmento de 'seminário' onde se abre o debate de questões que não se esgotam no desenho, e que têm a função de inserir os alunos no campo de preocupações concernentes ao projeto, além de trazer à produção da forma aspectos da arquitetura e da realidade urbana do exemplo em pauta. O item a seguir pretende esboçar estas experiências de exercício deste projeto e das modificações que foram introduzidas para melhor adequar o resultado pretendido aos princípios acima delineados.

2. O exemplo herdado:

O programa previamente determinado para o Projeto V, era do assentamento habitacional para população de baixa renda, limitada na faixa de 1 a 3 salários mínimos. Deveria trabalhar-se com uma população de aproximadamente 1000 pessoas, ou 250 famílias, numa regra simples de 4 habitantes para cada família (a média de Juiz de Fora, é de 3,6 hab./residência, segundo censo do ano 2000).

Para ampliar a multiplicidade de soluções, num primeiro momento, se permitiu o uso de tipologias diferenciadas, tanto com relação ao número de moradias por edificação quanto à multiplicidade de usos, bem como de tecnologias construtivas inovadoras.

Partiu-se da experiência recorrente da tipologia 'conjunto habitacional', em gleba de dimensão superior a 5.000 m², situada em uma localização tipicamente de 'periferia intermediária' da cidade, em local relativamente próximo ao centro da cidade e onde parcelamento de grandes dimensões se mesclam a grandes equipamentos públicos (rodoviária, hiper-supermercados, galpões, hípica, escolas etc). O

local é também relativamente ocupado por conjuntos residenciais de média e baixa renda, que tinham como principal agente financiador o SFH, que vinham sendo desenvolvidos, construídos e testados desde os tempos do BNH,. Sua esmagadora maioria adotava sistemas construtivos, formas e demais características dos modelos perseguidos pelo extinto banco baseados na visão racionalista da indústria fordista-taylorista da produção em massa e, por isso, concebido pelo design de componentes com possibilidade de reprodutibilidade universal e em escala industrial das edificações. Quanto à relação com o contexto que se inserem, estes modelos, como amplamente reconhecido, possuem visão atópica do conhecimento do espaço urbano real da implantação das edificações, onde, em sucinta análise operativa, o lugar propriamente destinado à população não apresenta importância como aspecto da concepção, a não ser pelas condições econômicas e financeiras de estrutura da proposta da habitação popular e pelas condições higiênicas que viabilizassem o empreendimento, numa visão macro referenciada da cidade.

Após três períodos de aplicação deste exemplo, ficou evidente que ocorria uma previsibilidade dos resultados. Mais do que isto, a partir de certo momento os alunos não mais ultrapassavam os padrões do senso comum. Como parte do curso, o estudo pós-ocupacional de Conjuntos Habitacionais patrocinados pela autoridade local - uma empresa municipal de habitação nomeada EMCASA -, discutido no âmbito dos seminários da disciplina, mostrava, aos professores, o quanto a proposição disciplinar tendia a uma resposta duvidosa quanto às necessidades sócio-culturais da habitação, e estava baseada em premissas que demandavam uma superação conceitual. Por exemplo, por um lado, percebia-se que a Prefeitura se esmerava em conduzir programas de recuperação de áreas em assentamentos residenciais através de projetos pelo Programa Juiz de Fora-Bairros (programa da Prefeitura financiada com recursos próprios e do Governo Federal, que adotou moldes similares ao Programa Favela Bairro do Rio de Janeiro), ao mesmo tempo em que, por outro lado, ela própria gerava "áreas-problema". Em outras palavras, como premissa a ser trabalhada, em parte, a Prefeitura pode ser considerada causadora do problema, com os assentamentos que promovia por meio, principalmente, da EMCASA.

As duas experiências – de consertar (o que, quanto tempo e qual orçamento) e 'produzir' problemas – não eram percebidas, portanto, elas não eram confrontadas.

Notamos, por meio de discussões em sala de aula que, no caso habitacional da cidade de Juiz de Fora, (1) a ação pública reproduzia o lugar comum da política habitacional desde os anos sessenta, onde (2) os conjuntos habitacionais estavam desprovidos de uma crítica ao habitat, que (3) não se mediam as conseqüências da urbanização de áreas, que (4) não existiam preocupação com as relações sociais da urbanização proposta, que (5) não se pensava num modelo alternativo, que (6) não se definia uma política local que ultrapassasse o ato de executar obras para promover a redução de uma demanda habitacional, entre outras tantas faltas que poderíamos apontar neste texto.

Na trilha deste questionamento, fomos levados a repensar as próprias premissas deste tipo de programa, lançando ao desafio da busca de enunciados que abrissem possibilidades novas e mais ricas na solução de projeto e mais coerentes com a gestão da cidade, mantendo como fixo o propósito da habitação popular em larga escala no que se refere às dimensões da cidade e também à carência local.

A busca por novo programa fundou um rico questionamento em que se destacam:

- no sentido de se evitar que tais assentamentos se transformem em favela conduziu ao radical questionamento das razões de transformação de áreas da cidade projetadas ou não, ou simplesmente: o que vem a ser 'favela'?

No que se refere ao discurso urbanístico, a resposta mais imediata é a de que 'favela' é uma formação urbanística que abriga população de mais reduzidas camadas sociais com certas características, que oscilam entre: irregularidade da propriedade; precariedade da forma, tanto da edificação como dos padrões de acabamento, considerando os padrões médios; 'ilegalidade' da ocupação, no sentido de não obediência ou inexistência da legislação urbanística vigente. Estes 'locais' são comumente designados por outras expressões tais como: 'bolsões de pobreza' e outros.

O resultado acima não nos satisfaz. Questionamos, então, o que significa 'favela' para o senso comum, do cidadão 'do asfalto'? Como resultado de um tal questionamento concluímos que 'favela' é uma formação urbanística que guarda certa homogeneidade, inserida num meio onde predominam

condições sanitárias e urbanístico-arquitetônicas superiores à ela, gerando um contraste que a destaca na paisagem.

Uma boa argumentação em defesa desta formulação foi a pergunta lançada pela Professora Licia do Prado Valladares no Congresso Habitat 2000, sobre as diferenças entre as condições de habitabilidade existentes em certas áreas de ocupação recente, a exemplo da Baixada Fluminense no RJ, comparativamente com favelas. A resposta imediata, tendo em conta as condições sanitárias e urbanístico-arquitetônicas de ambas é: nenhuma. Populações que habitam as precárias cidades-dormitório onde tudo falta não se consideram 'faveladas' nem são assim consideradas. O que torna um assentamento 'favela' resulta de um quadro marcado por uma comparação entre áreas/assentamentos/pessoas vizinhas, e decorre de preconceito baseado numa manifestação baseada na aparência e que se destaca na paisagem.

- a pesquisa sobre Conjuntos Habitacionais há muito já denunciou seus elevados custos, sendo comumente implantados em áreas desprovidas de infraestrutura sanitária e urbanística. No que concerne aos custos, então, se por um lado localizações em áreas periféricas são mais baratas, por outro os custos com implantação de infraestruturas oneram fortemente os projetos. Como as Prefeituras 'dispõem' de condições de gerenciamento destes equipamentos, mas não de estoque de áreas (com raras exceções), preferem situar conjuntos em locais mais baratos arcando com ônus das infraestruturas que ademais, tornam-se freqüentemente incompletas.

Quanto à localização dos assentamentos, cabia incorporar as repetidas reclamações levantadas em pesquisas, de suas distâncias aos locais onde o trabalho é oferta, agravada pela baixa renda e os elevados custos de transportes. Outro consenso entre os autores que lidam com o tema é o alto custo de implantação dos tradicionais Conjuntos Habitacionais em localizações distantes, que na maior parte das vezes não contam com externalidades (infraestruturas e equipamentos urbanos) que são arcados, mesmo que em condições mínimas, no ato de sua implantação. Estas operações beneficiaram o capital imobiliário especulativo, que aproveitava-se destas externalidades implantadas para o lançamento de novos empreendimentos.

3. O novo programa:

O exemplo que respondeu às questões colocadas apontou vários caminhos:

- primeiramente no sentido da preferência das ocupações de assentamentos populares em áreas já consolidadas, garantindo a existência de externalidades positivas, ou seja, bairros cuja oferta em infraestrutura e equipamentos ultrapassa a demanda ocupada. Planos e relatórios urbanísticos e outros documentos que se debruçam sobre o diagnóstico da cidade de Juiz de Fora, observam a tendência ao 'espalhamento' da cidade que deixa como "marca" da morfologia da cidade, como aponta o Plano Diretor, a capacidade da infraestrutura implantada à época, comportar o dobro da população então existente, sem prejuízo de qualidade no atendimento. Há bairros nesta cidade onde a infraestrutura de água e esgotos, assim como os serviços públicos, estão sensivelmente para arquitetos e urbanistas supercapacitados em relação à população atendida;

- para nos manter coerentes com o programa no sentido do exemplo constituir-se num projeto de criação de algo novo e não apenas na requalificação urbana de um bairro, para nós o bairro escolhido deveria atender ainda à condição de conter uma razoável oferta de área disponível à ocupação;

- como resposta à necessidade de evitar recair no preconceito do reconhecimento da 'favela' pela população local, ao invés de grandes glebas e a ocupação por conjuntos onde a edificação acompanha maior reprodutibilidade, nossa preferência orientou-se a bairros de ampla oferta de áreas de reduzidas dimensões, capazes de promover uma melhor assimilação da população pelo bairro já consolidado;

- com vistas a evitar o problema anteriormente citado, de contraste social que gerasse preconceito, o bairro escolhido deveria conter, tanto quanto possível, população de renda de média a baixa;

- outra consideração que definimos foi a de tratar, preferencialmente, de um bairro o mais 'desvitalizado' possível, de maneira que o impacto de implantação do projeto poderia ser encarado como positivo, dinamizador de uma área (incluindo a economia do lugar, sujeita a ser animada com a implantação de comércio), quebrando em parte a carga negativa associada a programas habitacionais;

- uma última consideração sobre critérios de seleção do exemplo diz respeito à localização do bairro na cidade, orientada o mais próximo possível dos locais de maior oferta de trabalho, no caso da cidade de médio porte, o mais próximo possível à área central.

A pesquisa dos possíveis locais nos apontou o bairro do Guaruaá, que melhor atendeu a estes critérios. É evidente que uma tal formulação dificilmente encontra resposta nas condições governadas pelo mercado imobiliário, em que os lotes pertencem a diferentes proprietários, dificultando sua aquisição simultânea. Essa realidade pode ser explorada no âmbito do projeto, colocando-se para os alunos como questão os entraves urbanísticos vinculados à propriedade, que predominam na cidade.

4. Em sala de aula:

O exercício proposto atuou em todos os lotes vagos do bairro. Num primeiro momento, por meio de levantamento “in loco”, num segundo momento, em sala de aula. Cabe notar que tratamos de uma cidade de porte médio, subdividida em sete regiões administrativas e que tem subdividido no Plano Diretor 86 bairros, que variam entre 1.500 e 6.000 habitantes cada um deles. O Bairro Guaruaá fica na parte sul da cidade, entre dois outros bairros, um de classe média alta e outro de área de baixa renda com algumas áreas de invasão. O loteamento é usual nos padrões de Juiz de Fora, com terrenos de aproximadamente 450 m², em quadras regulares que contempla em sua região central uma área praça, como equipamento único público e de lazer para o bairro. Atualmente é constituído de residências baixas de um e dois pavimentos, sendo que praticamente não apresenta outros usos.

Neste contexto pré-concebido socialmente e urbanisticamente, onde há um espaço amplo de intervenção, dado que pouco mais de trinta por cento dos lotes estão ocupados, os alunos exercitam o projeto de arquitetura e urbanismo. Subdivididos em grupos, cada um deles, utiliza um conjunto de lotes vagos do bairro para propor não menos que oitenta residências, sendo que os lotes são, na medida do possível, contínuos para que se possa trabalhar uma densidade que leve em consideração aspectos sócio-econômico-financeiros da produção e comercialização da edificação para os usuários demandantes, que continuam sendo os mesmo grupos sociais dos anos anteriores. Nesse exercício, são observadas as questões do impacto ambiental de inserir no local uma nova população, sob planos distintos, mas contextuais comuns, sendo um deles o da situação contrastante com a população que está residente lá e também com as populações periféricas ao bairro, dado que elas têm padrões diferenciados de renda e o uso é tipicamente residencial unifamiliar, naturalmente, essas observações aqui são de forma sintética. Outro plano de consideração situa-se nas demandas geradas a partir do ponto de vista da população alterada após a proposição da turma para a ocupação do bairro, visto que ocorria uma transformação radical do lugar sob todos os aspectos sócio-culturais e geográficos humanos.

No campo da forma da arquitetura e da cidade há, portanto, uma fragmentação da estrutura de trabalho para os grupos de alunos que ao final constituirá no novo caráter do bairro. Neste modelo de exercício não se espera a unicidade e a mera repetitividade de padrão formal em vigor e do design da edificação. A análise contextual ampla do conjunto da intervenção proposta em Projeto V é requerida a priori, isto é, com o conjunto de edificações dos N grupos percebe-se de antemão que ocorrerá uma significativa mudança na estrutura social e morfológica do bairro, sendo este mais um dos pontos a se considerar na concepção do projeto V.

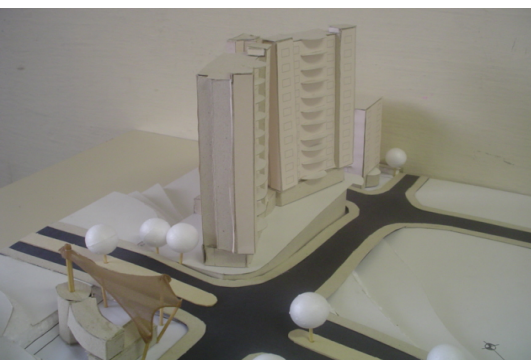
5 – Conclusão

O exercício proposto respondeu às observações iniciais dos professores, principalmente no que se refere aos aspectos da variabilidade formal das edificações e das análises contextuais e de alguns aspectos do impacto ambiental da inserção de nova camada populacional em estrutura urbana pré-existente. Entretanto, observamos que há muito a se considerar, pois existe uma dificuldade de interpretação e percepção por parte do aluno quanto ao aspecto das necessidades de atenção ao problema sócio-cultural e financeiro da população demandante especificada para o exercício. Isso foi notado em vários trabalhos que não observavam a solução técnica construtiva e executiva que viabilizasse um baixo custo da edificação, principalmente deixando-se levar pela criatividade da solução espacial e formal da arquitetura, sem o devido cuidado com demais aspectos envolventes da solução necessária. Também não se esgotou a análise urbana no pós-ocupação, dado o próprio conhecimento prévio e de suporte do aluno, por exemplo, os equipamentos urbanos propostos como parte complementar do exercício, em geral, foram propostos de maneira simplificada perante a diversidade da questão social do “novo lugar”. Ainda, no que se refere ao contexto da disciplina, os

professores ainda demandam incrementar novas questões que poderiam estar presentes no âmbito do exercício de classe, como o Estatuto da Cidade como elemento de análise e crítica das possibilidades de avanço da proposta para o campo da realidade.

Por fim, avaliamos este exemplo como uma proposta válida que pode e deve ser aprimorada, fazendo-se uso dos pequenos espaços urbanos loteados remanescentes da cidade existente para ocupação com projetos de natureza residencial em escala da demanda social de baixas rendas. Entretanto, o exercício exige aprofundar o conhecimento da cidade e uma criteriosa análise do sítio que será objeto de intervenção direta pelos alunos.

Figuras 1a 8- Oito diferentes propostas desenvolvidas pela turma de Projeto V de 2004 – Primeiro Semestre



Referências Bibliográficas:

CAMPOS FILHO, Candido Malta. Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. Editora 34, 2003.

GURGEL, Miriam. Projetando espaços: guia de arquitetura de interiores para áreas residenciais. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. Estética da ginga: arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. 2ª edição.

MASCARÓ, Juan Luis. O custo das decisões arquitetônicas. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. Desenho urbano e custos de urbanização. Porto Alegre: DC Luzzatto, 1989.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Instituto Piaget. Coleção Epistemologia e Pensamento, Sociedade Astória Ltda: Lisboa, 1990. 2ª edição.

PRINZ, Dieter. Urbanismo I: Projecto Urbano. Editorial Presença: Lisboa, 1984.

_____. Urbanismo I: Configuração Urbana. Editorial Presença: Lisboa, 1984.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Quando a rua vira casa. FINEP/IBAM. Projeto, s/d.

VALLADARES, Licia do Prado. Habitação em questão. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.